

**RELATÓRIO DESTINADO AOS
INVESTIDORES FACE AO DISPOSTO NA
INSTRUÇÃO CVM Nº 28/83, BEM
COMO POR ANALOGIA AOS TERMOS
DA ALÍNEA "B" DO § 1º DO ARTIGO 68
DA LEI Nº 6.404/76**

**KOSMOS COMÉRCIO DE
VESTUÁRIO S/A – em
recuperação – atual
denominação de LOJAS
ARAPUÃ S.A.**

1ª Emissão de Debêntures



Relatório Anual do Agente Fiduciário
Exercício de 2016



Relatório Anual 2016 do Agente Fiduciário
1ª Emissão de Debêntures da KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A,
atual denominação de LOJAS ARAPUÃ S.A.

Na qualidade de agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A – em recuperação – atual denominação de LOJAS ARAPUÃ S.A., apresentamos a V. S^{as}. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 28, de 23 de novembro de 1983.

Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos investidores para consulta na sede deste Agente Fiduciário.

Informamos, também, que este relatório se encontra à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede do Agente Fiduciário, na Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA.



CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

DATA DE EMISSÃO:	01/04/1997
AGENTE FIDUCIÁRIO:	SLW CVC LTDA
COORDENADOR:	BANCO BRADESCO S/A
BANCO MANDATÁRIO:	ITAÚ UNIBANCO S/A
BANCO ESCRITURADOR:	ITAÚ UNIBANCO S/A
VOLUME:	-
QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:	100.000
NÚMERO DE SÉRIES:	1

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

DATA DE EMISSÃO:	01/04/1997
DATA DE VENCIMENTO:	01/07/2000
VOLUME:	-
VALOR NOMINAL UNITÁRIO:	-
PREÇO UNITÁRIO EM 31/12/2015:	-
QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:	100.000
CÓDIGO DO ATIVO:	LOAR11
CÓDIGO ISIN:	BRLOARDBP013
NEGOCIAÇÃO:	Cetip e BM&FBOVESPA
FORMA:	Escritural
CLASSE:	Convertível

Segue abaixo informações obrigatória face ao disposto na instrução CVM nº 28/83, bem como por analogia aos termos da alínea "b" do § 1º do artigo 68 da lei nº 6.404/76:

- Alínea "a" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- Alínea "b" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- Alínea "c" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28

Os comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia estão disponíveis no Anexo do presente relatório.

- Alínea "d" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- Alínea "e" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- Alínea "f" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- Alínea "g" do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.



- **Alínea “h” do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28**

Não foram entregues bens e valores à administração do Agente Fiduciário.

- **Alínea “i” do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28**

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- **Alínea “j” do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28**

Não é aplicável às empresas em recuperação judicial.

- **Alínea “k” do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28**

Não atuamos como Agente Fiduciário em outras emissões feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora.

- **Alínea “l” do inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM28**

Declaramos que prestamos serviços de Agente Fiduciário na 1ª emissão de debêntures da emissora. Cabe citar que a administração da mesma atualmente encontra-se sob responsabilidade do Administrador da Recuperação Judicial, cabendo ao Agente Fiduciário atuar de acordo com as instruções dos credores e devidamente aprovadas pelo Administrador da Recuperação Judicial.



KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 00.354.053/0001-00 NIRE - 35.300.160.029

KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A – em recuperação judicial

CNPJ – 00.354.053/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação social de Lojas Arapuã S/A, apresenta as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. Em 16/12/2011, foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, por maioria, o plano de recuperação judicial.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano de recuperação judicial pela justiça. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório,



devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 09/09/2014.

A Companhia requereu, em 19/03/2012, autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012. Posteriormente foi requerida nova autorização para continuidade dos leilões e assim as hastas públicas ocorreram em 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014, 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015.

Foi peticionado para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente e, assim, iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas e, com exceção de eventuais processos pendentes de decisão judicial, todos os credores foram pagos, ocorrendo a última quitação em fevereiro/2017.

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a Companhia requereu o levantamento dos valores e, assim, foi arrecadado R\$ 13.986, havendo ainda um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500 em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos via imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido plano.



Até 31 de dezembro de 2016, foram pagos o montante de R\$ 9.246, equivalente a 66,11% do total disponibilizado aos quirografários. Ressaltamos que os pagamentos não ocorreram em sua totalidade em função de credores que não se apresentaram para receber sua quota, apesar dos diversos editais publicados.

Desempenho Operacional:

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em Recuperação Judicial:

Resultado do Exercício

A atividade operacional preponderante da Companhia controladora, na atualidade, é a locação de imóveis.

Saldos em milhares de reais

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Receita Operacional	3.364	3.260
Despesas Administrativas Gerais	(20.309)	(1.025)
Provisão Perda Investimentos	(40.200)	(168.392)
Reversão Perda Investimento	63.459	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	<u>5.301</u>	<u>(155.177)</u>

No exercício findo em 2016, apresentou um lucro de R\$ 5.301, comparando com o ano anterior (R\$ 155.177). Esclarecemos que o resultado de 2015 foi afetado substancialmente por ajustes nas provisões para contingências fiscais, em consequência de redefinição da expectativa de perdas, elaborada por nossos



assessores jurídicos, em processos judiciais e administrativos que já tramitam há alguns anos, os quais passaram de expectativa de perda possível para provável.

CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Novelty Modas S/A (atual denominação social da Arapuã Comercial S/A) foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Com. de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Em março de 2008 a Novelty Modas S.A. passou a explorar o mercado de vestuário/modas voltado ao público feminino, masculino e infanto-juvenil, com 11 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de *Sette Bello Modas*.

Desempenho Econômico-financeiro 2016

A economia brasileira apresenta um cenário totalmente adverso desde o 2º semestre de 2015, com elevação da inflação, alto índice de desemprego, sucessivas quedas no Produto Interno Bruto (PIB), levando o país a forte recessão principalmente no início de 2016, criando um clima de instabilidade institucional sem precedentes, com reflexos direto na atividade empresarial.



Em 2016 a receita operacional apresentou redução de 18,1% em comparação ao exercício anterior.

A Novelty Modas S.A. continua com rigoroso programa de contenção de custos, objetivando manter suas despesas no mesmo patamar do exercício de 2015:

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Receita Operacional Líquida	45.589	55.682
Lucro Bruto	22.958	26.446
Despesas Administrativas e Gerais (*)	(44.428)	(175.340)
Despesas Comerciais	(15.543)	(15.499)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	<u>(40.881)</u>	<u>(167.843)</u>

(*) Despesas Administrativas e Gerais:

As Despesas Administrativas do exercício findo em 31/12/2016 foram reduzidas significativamente em comparação ao mesmo período do ano anterior pelo fato de que no exercício de 2015 ocorreram ajustes nas provisões para contingências fiscais, em consequência de redefinição da expectativa de perdas elaborada por nossos assessores jurídicos em processos judiciais e administrativos que já tramitam há alguns anos, os quais passaram de expectativa de perda possível para provável.

Recursos Humanos

No encerramento de 2016 a Novelty Modas S/A apresenta um total de 218 colaboradores dos quais 26 estão na administração e 192 nas lojas.



Relacionamento com Auditores Externos:

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.016, a TG&C Auditores Independentes não foi contratada para outros serviços que não seja a auditoria das demonstrações contábeis do exercício.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em observância à Instrução CVM nº 480/09 art. 25 - inc. V e VI os diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.016.

São Paulo, 03 de março de 2017

A administração.



BALANÇO PATRIMONIAL

Kosmos Comércio de Vestuário S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	Notas	ATIVO			
		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	28.257	7.610	30.676
Contas a receber de clientes	5	-	-	6.284	6.298
Estoques	6	-	-	5.148	4.805
Impostos a recuperar	7	15.750	19.438	16.079	19.672
Outros créditos	-	204	314	317	589
Total do ativo circulante		15.954	48.009	35.438	62.040
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	16	48.999	21.769	21.372	3.526
Depositos judiciais	8	39.783	42.358	41.967	46.710
		88.782	64.127	63.339	50.236
Investimentos	9	1	1	1	1
Imobilizado	10	6.873	11.748	9.559	13.342
Intangível	-	-	-	214	387
		6.874	11.749	9.774	13.730
Total do ativo não circulante		95.656	75.876	73.113	63.966
Total do ativo		111.610	123.885	108.551	126.006



Kosmos Comércio de Vestuário S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	42.355	42.355
Títulos a pagar	12	-	-	-	107.777
Debêntures	13	-	-	369.770	369.770
Obrigações com credores quirografários	14	6.463.044	6.461.267	6.463.044	6.461.267
Fornecedores	-	20	56	5.366	9.145
Obrigações fiscais e tributárias	15	26.308	24.643	95.189	89.721
Salários e obrigações sociais	-	-	-	3.943	3.195
Provisão para passivo a descoberto em investidas	16	1.309.332	1.382.641	-	-
Outras contas a pagar	-	1.856	5.869	4.407	10.004
Total do passivo circulante		7.800.560	7.874.476	6.984.074	7.093.234
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	17	1.621	1.777	14.557	14.587
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	169.840	166.408	928.960	893.872
Obrigações fiscais e tributárias	15	102.170	99.156	143.541	142.245
Total do passivo não circulante		273.631	267.341	1.087.058	1.050.704
Passivo a descoberto					
	19				
Capital social integralizado		268.100	268.100	268.100	268.100
Reserva de capital		2.368	2.368	2.368	2.368
Ações em tesouraria		(4.790)	(4.790)	(4.790)	(4.790)
Ajuste de avaliação patrimonial		5.398	9.466	5.398	9.466
Prejuízos acumulados		(8.233.657)	(8.293.076)	(8.233.657)	(8.293.076)
		(7.962.581)	(8.017.932)	(7.962.581)	(8.017.932)
Total do passivo e passivo a descoberto		111.610	123.885	108.551	126.006



Kosmos Comércio de Vestuário S/A

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	20	3.364	3.260	46.111	56.483
Custo dos produtos vendidos	6	-	-	(22.631)	(29.236)
Lucro bruto		3.364	3.260	23.480	27.247
Despesas e receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	21	(20.309)	(1.025)	(63.759)	(176.863)
Provisão para passivo a descoberto das investidas	16	(40.200)	(168.392)	-	-
Reversão de perdas com investimentos	22	63.459	-	63.459	-
Despesas comerciais	23	-	-	(12.746)	(13.086)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	1.656	11.340	1.773	11.332
		4.606	(158.077)	(11.273)	(178.617)
Resultado antes do Resultado Financeiro		7.970	(154.817)	12.207	(151.370)
Despesas financeiras	24	(4.531)	(3.750)	(11.841)	(7.266)
Receitas financeiras	25	1.862	3.390	4.935	3.459
Resultado financeiro líquido	-	(2.669)	(360)	(6.906)	(3.807)
Lucro (prejuízo) do exercício		5.301	(155.177)	5.301	(155.177)
Prejuízo por ação	19	0,17	(5,02)	0,17	(5,02)



Relatório Anual 2016 do Agente Fiduciário
1ª Emissão de Debêntures da KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A,
atual denominação de LOJAS ARAPUÁ S.A.

Relatório dos Auditores Independentes

CONTEUDO

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas

Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram desde então em virtude das contestações ao plano da concordada por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial da Kosmos Comércio de Vestuário S.A. (acordo), o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária,



inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Conforme descrito na nota explicativa 14, as demonstrações contábeis não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que ainda não foram cumpridos todos os compromissos assumidos no acordo. A nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza tributária. Há provisões constituídas no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, estimadas com base em opiniões dos advogados patrocinadores das respectivas causas, para as perdas consideradas prováveis, nos montantes de R\$ 169.840 mil (Controladora) e R\$ 928.960 mil (consolidado). Há incertezas significativas em relação a essas estimativas. Em nossos procedimentos de auditoria, recebemos respostas a todas as cartas de circularização enviadas aos advogados patrocinadores das



causas em aberto, as quais informam os valores envolvidos e respectivas estimativas de probabilidade de perda, as quais estão em consonância com as provisões contabilizadas e divulgações efetuadas.

Provisão para perdas em controladas

Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia possui controladas com saldos significativos de passivo a descoberto. Foram constituídas provisões, na controladora, para fazer face aos saldos de passivo a descoberto em suas investidas. Realizamos os procedimentos de auditoria que julgamos necessários e suficientes para nos certificar que as demonstrações contábeis das investidas estão adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Plano de recuperação judicial

Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial, conforme aprovação em Assembleia de Credores em 16 de dezembro de 2011 e homologação na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Contudo, tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido por um dos credores da Companhia. A Companhia está em processo de cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 14 e, com base nos termos acordados, ela deixou de reconhecer contabilmente a atualização monetária e os juros anteriormente incidentes sobre os passivos quirografários. Quando houver a finalização do cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial a Companhia processará os ajustes contábeis cabíveis em seus passivos quirografários. Nós estamos acompanhando a evolução do processo judicial em andamento, mediante recebimento por escrito de posição do advogado da Companhia, bem como os pagamentos realizados relativos ao cumprimento dos termos do plano de recuperação judicial.



Saldos com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa 17, a Companhia, sua controladora e suas controladas possuem saldos relevantes a receber e a pagar entre si. Foram constituídas provisões para perdas quando houve o entendimento por parte da Administração de que a realização dos créditos passou a ser improvável. Verificamos que as divulgações efetuadas nas notas explicativas estão condizentes com as diretrizes estabelecidas no pronunciamento CPC 05 (R1).

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor



A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando,



divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Relatório Anual 2016 do Agente Fiduciário
1ª Emissão de Debêntures da KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A,
atual denominação de LOJAS ARAPUÁ S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017.

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC 2SP-031.693/O-9